



Moraes (o quarto na fila, de baixo para cima) também recebeu homenagem na Câmara de Vereadores

STF decide até 5ª sobre ações contra Temer

Ministro definirá se o Supremo vai obrigar Câmara a analisar pedidos de impeachment

Em Santos, ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes disse que definirá, até quinta-feira, se a Corte vai obrigar a Câmara dos Deputados a analisar os pedidos de impeachment contra o presidente Michel Te-

mer (PMDB). Moraes é relator de dois mandados de segurança protocolados no Supremo – um da oposição e outro, da OAB. O seu nome foi sorteado de forma eletrônica. O ministro foi indicado ao cargo na Corte pelo atual presidente. **A-3**

OPINIÃO

“No Brasil, é mais vantajoso ter uma legenda que uma grande empresa. É injustificável destinar R\$ 3,7 bilhões para o Fundo Partidário em um país em que falta dinheiro para Saúde e Educação”

Alexandre de Moraes
ministro do Supremo Tribunal Federal e relator de duas ações que pedem o impeachment do presidente Temer

Moraes: decisão sobre Temer até quinta

Ministro define impeachment na Câmara

EDUARDO BRANDÃO
SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes define até quinta-feira se a Corte vai obrigar a Câmara dos Deputados a analisar os pedidos de impeachment contra o presidente Michel Temer (PMDB). O prazo foi informado pelo magistrado na manhã de ontem, durante participação na 6ª Semana Jurídica da Universidade Católica de Santos (UniSantos).

Ele, que completou hoje cinco meses à frente do cargo, é o relator de dois mandados de segurança – protocolados por deputados de oposição e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – para que o presidente do Legislativo, Rodrigo Maia (DEM-RJ), analise os pedidos pela destituição de Temer.

“No final de semana, analisei as (duas) ações em conjunto. Até quarta ou quinta-feira já teremos uma decisão”, afirmou ele com exclusividade para a Tribuna, ao término da palestra.

À tarde, Moraes esteve na Câmara Municipal, onde recebeu o título de Cidadão Emérito de Santos. A iniciativa partiu do vereador e líder do Governo santista na Casa, Ademir Pestana (PSDB), legenda na qual o ministro militava até chegar ao STF.

IDAS E VINDAS

O primeiro mandato de segurança pela apreciação do impeachment foi protocolado em 28 julho por quatro deputados de oposição – Alessandro Molon (Rede-RJ), Henrique Fontana (PT-RS), Júlio Delgado (PSB-MG) e Aliel Machado (Rede-PR). O grupo alegou omissão por parte de Maia e pediu a instalação de comissões para analisar pedidos de destituição do presidente da República.

No dia seguinte, Moraes solicitou explicações de Rodrigo Maia sobre a não apreciação de impeachment contra o presidente. A resposta só chegou na

quarta-feira passada – extrapolando o limite de 10 dias. “Durante julho é recesso (parlamentar). Portanto, foi no prazo correto”, justificou o ministro.

Na quinta-feira passada, a OAB também questionou a suposta omissão do presidente da Câmara ao não abrir os processos de impeachment. Esse foi o segundo pedido do órgão contra Temer neste ano.

Na ação atual, a OAB alega que a Câmara não levou em consideração a delação de executivos da JBS, que citaram propinas a interlocutores do presidente. A entidade citou ainda quase quatro meses de demora para a Câmara dar seguimento a análise do pedido de afastamento.

JÁ JULGOU

Enquanto isso, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), disse ontem que julgar os processos de impeachment contra o presidente Michel Temer pode piorar o cenário político do País.

“Acho que a Câmara já julgou os fatos que estão no pedido de impeachment na denúncia. Se a gente ficar remoendo o mesmo assunto, a gente só vai gerar instabilidade no Brasil”, disse.

Para Maia, as acusações contra Temer já foram analisadas pelos deputados. No dia 2 de agosto, a Câmara rejeitou a denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente. O processo está baseado na delação premiada de Joesley Batista.

“Se nós fizermos agora o mesmo processo de impedimento, com as mesmas informações que nós temos, é querer parar o Brasil. Não me parece a coisa mais razoável”, enfatizou o presidente da Câmara, que também negou demora em analisar o tema. “Os pedidos de impeachment na Câmara e no Senado correm no seu tempo”, acrescentou.

*COM INFORMAÇÕES DA AGENCIA BRASIL

AGENDA CHEIA EM SANTOS

MANHÃ



Alexandre de Moraes participou da Semana Jurídica da UniSantos, onde falou com exclusividade a A Tribuna

TARDE



Já na Câmara de Santos, Moraes recebeu o título de Cidadão Emérito, projeto do vereador Ademir Pestana (PSDB)

NA FILA

24

pedidos

de impeachment contra o presidente Michel Temer (PMDB) foram protocolados na Câmara dos Deputados até o início de julho e aguardam um parecer do parecer do presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ). Cabe ao titular dessa cadeira o exame inicial dessas ações.

Ministro é favorável à reforma política

O ministro do STF Alexandre de Moraes se posicionou favorável à reforma política em análise no Congresso. Ele defende o fim de coligações partidárias para eleições proporcionais (vereadores e deputados) e cláusula de desempenho (que bane partido que não alcançar determinado percentual de votos).

“Podemos não saber qual o melhor modelo (político). Mas o nosso sistema atual não funciona mais”, afirmou.

O magistrado argumentou que, se a segunda opção fosse adotada na próxima corrida eleitoral, o número de legendas despencaria de 35 para nove. “Há no Congresso hoje líderes de sigla que lideram eles próprios”, justificou.

Moraes também se colocou contrário ao mandato máximo de dez anos aos ministros do STF. A possível adoção dessa regra, que está em análise junto à reforma política, também pode interferir nos tribunais federais e no quinto constitucional (indicação de advogados ou membros do Ministério Público para cargo de juízes).

“A vitalidade (no cargo) garante a melhor garantia da defesa da Constituição”, explicou ele, que foi ministro da Justiça do Governo Temer e ex-secretário de Estado da Segurança Pública, em São Paulo, de janeiro de 2015 a maio do ano passado.

MUDANÇA CULTURAL

O magistrado cita ainda uma “mudança cultural judiciária” em curso, para o combate da corrupção.

A postura foi iniciada a partir do escândalo do mensalão – compra de votos de deputados entre 2005 e 2006 – e intensificada durante a Operação Lava-Jato, que apura desvios na Petrobras. “Sempre houve no Brasil uma mentalidade de maior leniência aos políticos”.

Judiciário precisa de transparência

Integrante da primeira composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao ser indicado pela Câmara por ser “um cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada”, em 2005, o ministro do STF Alexandre de Moraes defendeu ontem maior transparência no Judiciário e o fim de benefícios e verbas indenizatórias aos integrantes desse poder e aos membros do Ministério Público.

Ao final da homenagem na Câmara de Santos, ele enalteceu o trabalho da presidente do STF e do CNJ, Cármen Lúcia, que vem cobrando o fim dos chamados super-

salários dos magistrados no País e informações sobre quais verbas acessórias realmente estão previstas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

Para Moraes, essa fiscalização ocorreu de maneira forte por dois anos a partir de março de 2006, quando foi editada a Resolução 13, que trata da aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura.

“De lá para cá, infelizmente, tivemos uma regressão com outras verbas sendo aprovadas e com ‘alguns penduricalhos’. É necessário total transparência”, justificou.

SAÍDA É A POLÍTICA

Durante sua explanação do plenário do Legislativo santista, o ministro do STF defendeu a necessidade da conjugação de esforços dos três poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo) nesse momento de crise para construir algo novo.

“Queremos um país mais honesto, com mais desenvolvimento, mais justo. Isso não se faz apenas com o Judiciário, afastando ou renegando a atividade política. Isso se faz com união dos três poderes, respeitando a lei e a aplicando para que ele em conjunto possam dar o que realmente o povo brasileiro merece. É necessário apostar na boa política”, disse.

OPINIÕES

CARLOS NOGUEIRA



“No Brasil, é mais vantajoso ter uma legenda que uma grande empresa. É injustificável destinar R\$ 3,7 bilhões para o Fundo Partidário em um País em que falta dinheiro para Saúde e Educação”

“Neste momento mais gritante da judicialização da política, é importante que o STF assumira seu papel de equilíbrio institucional. O STF tem o papel de poder moderador da República para que possamos cada vez mais concretizar a nossa democracia e o estado de direito”

“Defendo a necessidade de uma renovação política se unir ao Judiciário e ao Ministério Público para que possamos construir um país mais justo, sério, honesto e que combata a corrupção de forma rápida e eficaz”

Alexandre de Moraes
Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e novo Cidadão Emérito de Santos